

AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE SOCIOAFETIVA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE _____

NOME DO AUTOR: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

NOME DO RÉU: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

I – DOS FATOS

1. O Autor é pessoa maior, capaz, e busca o reconhecimento judicial da paternidade socioafetiva em relação ao Réu.

2. A paternidade socioafetiva é reconhecida pela jurisprudência e doutrina brasileiras como forma legítima de filiação,

baseada no afeto, convivência, assistência e responsabilidade mútua, independente da paternidade biológica.

3. O Autor e o Réu mantêm vínculo afetivo e de convivência que ultrapassa o mero relacionamento social,

caracterizando relação de pai e filho, com demonstração de laços de amor, cuidado, respeito e apoio mútuo.

4. Tal relação tem sido mantida por muitos anos, conforme provas e testemunhas que serão apresentadas.

II – DO DIREITO

1. Nos termos do artigo 1.593 do Código Civil, a filiação pode ser reconhecida por afetividade e convivência,
não se restringindo exclusivamente à biologia.
2. O Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal têm reafirmado a validade da paternidade socioafetiva
para efeitos legais, inclusive registro civil, direitos sucessórios e alimentares.
3. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) assegura a proteção integral ao direito à convivência familiar.
4. A Constituição Federal, em seu artigo 227, coloca como prioridade absoluta a proteção à criança e ao adolescente,
assegurando seu direito à convivência familiar saudável e afetiva.

III – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

1. O reconhecimento da paternidade socioafetiva do Réu em relação ao Autor;
2. A expedição de ofício ao Cartório de Registro Civil para que proceda à retificação do registro de nascimento do Autor,
incluindo o nome do Réu como pai socioafetivo;
3. A concessão dos benefícios da justiça gratuita, por ser o Autor pessoa economicamente hipossuficiente;
4. A citação do Réu para que, querendo, conteste o pedido no prazo legal;
5. A produção de todas as provas admitidas em direito, especialmente documental, testemunhal e pericial;
6. A condenação do Réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios;
7. A intimação do Ministério Público para acompanhamento do feito;

IV – DAS PROVAS

Para comprovar o alegado, requer a produção das seguintes provas, sem exclusão de outras que se fizerem necessárias:

- Documental (comprovação da convivência e vínculo afetivo);
- Oitiva de testemunhas;
- Perícia técnica, se necessário;
- Outros meios de prova admitidos em direito.

V – DO VALOR DA CAUSA

Atribui-se à presente causa o valor de R\$ _____, para efeitos fiscais.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Local _____ Assinatura do Autor / Advogado _____

Nome do Advogado _____
OAB/___ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://documentos-juris.com/acao-de-reconhecimento-de-paternidade-socioafetiva/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-juris.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.

Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.

Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.